



CAMARA

MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA

ESTADO DO PARANÁ

Poder Executivo

LEI N.º 1485

**SÚMULA : "AUTORIZA O PODER
EXECUTIVO MUNICIPAL A
TRANSFERIR RECURSOS A
INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS
LUCRATIVOS E DA OUTRAS
PROVIDÊNCIAS"**

**"O POVO DE TELÊMACO BORBA, ESTADO DO PARANÁ, ATRAVÉS DE SEUS
REPRESENTANTES NA CÂMARA LEGISLATIVA, APROVOU, E EU, PREFEITO
DO MUNICÍPIO, SANCIONO A SEGUINTE LEI".**

Art. 1.º Fica o Poder Executivo Municipal
autorizado a transferir recursos, às seguintes entidades :

I - Associação de Pais e Amigos dos
Excepcionais de Telêmaco Borba - APAE, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o N.º
77.480.135/0001-26, na importância de R\$ 15.867,30 (Quinze mil oitocentos e
sessenta e sete Reais e trinta centavos), conforme planos de aplicação anexos ao
Protocolo N.º 1719/2005;

II - Grupo Escoteiro Monte Alegre,
pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o N.º 78.249.406/0001-08, na importância de
R\$ 7.800,00 (Sete mil e oitocentos Reais), conforme plano de aplicação anexo ao
Protocolo N.º 1720/2005;

III - Associação Educacional Fanuel -
Guarda Mirim de Telêmaco Borba, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o N.º
78.249.406/0001-08, na importância de R\$ 13.455,00 (Treze mil quatrocentos e
cinquenta e cinco Reais), conforme plano de aplicação anexo aos Protocolos N.º (s)
1627 e 1717/2005.

Art. 2.º Para o recebimento dos
recursos, as entidades deverão:

I - Atender a uma das condições
estabelecidas no Art. 17 da Lei N.º 1452 de 18 de agosto de 2004;

II - comprovar regularidade de
funcionamento e de mandato de sua diretoria (Parágrafo Único do Art. 17 da Lei
1452 de 18 de agosto de 2004);

III - comprovar regularidade perante a
seguridade social;

IV - comprovar regularidade perante as
Fazendas Federal, Estadual e Municipal;

V - comprovar regularidade perante o
Conselho Municipal respectivo.



MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA

ESTADO DO PARANÁ

Poder Executivo

Art. 3.º A entidade recebedora das contribuições deverá aplicar os recursos em estrita conformidade ao disposto no plano de aplicação e nos prazos e condições estabelecidas no instrumento formalizado entre o Município e a entidade sob pena de responsabilidade de seus dirigentes.

§ Único – Os recursos não aplicados deverão ser devolvidos ao Erário Público Municipal, em conformidade ao disposto no instrumento formalizado entre o Município e a entidade.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor a partir de sua publicação.

PAÇO DAS ARAUCÁRIAS, EM
TELÊMACO BORBA, ESTADO DO
PARANÁ, 06 de Maio de 2005.


EROS DANILLO ARAÚJO
Prefeito Municipal

